

civil dos destinos da nossa questão hidrográfica, da nossa questão da água.

Então, também se trouxe a possibilidade de uma emenda com a seguinte redação:

“O inciso III e o §1º do artigo 24 da Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação: Os Comitês de Bacias Hidrográficas são compostos por representantes da sociedade civil, sediadas na bacia hidrográfica, sendo: §1º o número de representantes de cada setor mencionado neste artigo, bem como os critérios para sua indicação, serão estabelecidos nos regimentos dos Comitês, limitada a representação dos poderes executivos do Estado e municípios à metade do total de membros.”

Ou seja, que, ao menos, seja paritário e não uma composição de somente um terço dos membros. Essas questões precisam ser superadas.

Outra questão que esta Casa precisa superar é a do Orçamento Impositivo. Como bem disse o deputado Wellington Moura, que me antecedeu nesta tribuna, estamos em uma situação extremamente desconfortável, para não usar um termo mais inadequado.

Estamos nesta Casa de Leis há quase dois anos e há conversas e mais conversas, pedidos de que os deputados apresentem suas emendas parlamentares, mas, quando vamos ao encontro das necessidades da sociedade paulista no sentido de tentar atender os nossos prefeitos, as indicações dos nossos vereadores, o que nos apresenta o governador, é um não.

Um não às nossas emendas e aos projetos que são apresentados às secretarias estaduais, como a da Assistência Social, da Saúde, da Educação, enfim, trabalhamos, discutimos, apresentamos propostas, dialogamos com os prefeitos, vereadores, entidades que precisam da ajuda do Estado e o que obtemos é “não”.

Desde o dia 15 de março de 2015, estamos com um não do governador a todas as nossas emendas. Então, quando o deputado Wellington Moura assoma à tribuna e fala sobre a importância de discutirmos o Orçamento Impositivo e de esta Casa de Leis fazer com que isso, de fato, transforme-se em uma lei, para que tenhamos a obrigatoriedade do cumprimento daqueles compromissos assumidos com os prefeitos e com as entidades, precisamos que se faça, de fato, uma coisa séria e honrada.

Precisamos que quem deu a palavra a comprar, porque as pessoas estão aguardando o cumprimento daqueles acordos que foram feitos por esta Casa de Leis. E aí eu me permito, presidente e colegas, dizer que, enquanto esta Casa se submeter ao governador da forma como temos nos submetido, teremos dificuldades com a nossa base, com os nossos prefeitos, em dialogar com as pessoas, porque assumimos compromissos que não estão sendo honrados ou cumpridos e todos os projetos de lei que chegam a esta Casa são aprovados pela base do governo.

Nós precisamos decidir que Assembleia Legislativa nós queremos: se queremos uma assembleia que dialogue de fato com os nossos representantes, com os prefeitos e as entidades assistenciais, ou se queremos uma assembleia que diga sempre amém ao Executivo e que não faça seu papel de uma assembleia autônoma, de uma assembleia que tenha, de fato, poder de decisão, para que possamos ter minimamente o Orçamento Impositivo aprovado por esta Casa de Leis.

Esta discussão do Orçamento Impositivo se arrasta nesta Casa há meses, e nós precisamos tomar uma decisão: ou de fato fazemos esse projeto de lei ser aprovado, ou estaremos nos submetendo diuturnamente às determinações do Poder Executivo. Não dá mais para esse debate vir a esta tribuna, não podemos mais aprovar tudo que chega a esta Casa sem a discussão da obrigatoriedade daquilo que foi empenhado conosco, daquilo que foi dialogado conosco, daquilo que foi comprometido conosco. Nós, deputados, temos que assumir que o Orçamento Impositivo é algo extremamente importante para esta Casa de Leis. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, para discutir contra, tem a palavra o nobre deputado Rafael Silva.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, gostaria da atenção de todos. Sou contra esse projeto porque entendo que a iniciativa privada pode complicar toda a situação, inclusive com outros envolvimento.

Estamos tendo em Ribeirão Preto um escândalo com uma empresa terceirizada, e meu filho é candidato a prefeito naquela cidade. Tenho 71 anos de idade, poderia dizer que nunca vi esse tipo de trama diabólica que está acontecendo lá, mas eu estaria mentindo, porque vi sim: em filmes de bandidos, em novelas. Na vida real, nunca aconteceu o que está acontecendo em Ribeirão Preto.

Há dois anos quase todo mundo já falava ao meu filho que ele deveria ser candidato a prefeito. A cada dez pessoas na rua, de seis a oito, no mínimo, diziam que Ricardo seria o próximo prefeito. As pesquisas, que eram mais simples - não sei por que -, davam para ele vitória disparada no primeiro turno. Eram nove candidatos, e ele teria mais votos do que todos os outros oito e ganharia no primeiro turno.

Contudo, existem grupos que não querem isso. Um jovem de 30 anos - fez 31 em setembro - não poderia sonhar em ser prefeito de Ribeirão Preto e poderia inclusive ser uma ameaça para futuras outras participações. Então, algumas emissoras de televisão, de forma esquisita e, segundo me informaram, com acordo firmado aqui em São Paulo, participaram dessa trama diabólica.

Acho que temos adversários e podemos fazer adversários, e também podemos fazer inimigos. Adversário é uma coisa, inimigo é outra. O que foi feito em Ribeirão Preto é digno de pessoa da pior espécie, chegando ao ponto de a Polícia Federal, com autorização judicial, entrar na casa de um empresário, e apreender documentos e tal. Mas, depois de 16 dias, voltou para a casa do empresário e foram encontradas cinco notas de dois reais. E, nessas notas, escritas as iniciais de pessoas que recebiam o dinheiro mensalmente. O primeiro nome escrito ali, iniciais, é “RS”. Para vocês saberem, essa firma existe desde 2005. Teve o prefeito do PSDB, teve Palocci, agora Darcy Vera.

Interessante que essa contabilidade da firma foi feita em cinco notas de dois reais. E essa firma, segundo consta, é verdadeira, dava dinheiro para autoridades e para políticos já há muitos anos. Mas a contabilidade foi feita só de abril para cá. E o interessante é que a sigla “RS” de Ricardo Silva estava presente nessas cinco notas.

Isso foi apresentado na televisão. Aí tem um jornal, “A Cidade”, que fez a matéria com as notas. A televisão: “Jornal ‘A Cidade’, notas tal”, de minuto em minuto apresentando lá, o “RS”, direto. O deputado Gasparini está ali, ele é do PSDB, mas eu tenho certeza de que ele tem dignidade e sabe que o que estou falando é verdade. Se ele entender que não é verdade, eu respeito.

Conversei ontem com Baleia - liguei para ele, que estava em Brasília porque precisava de uma reunião com Temer sobre um projeto -, que falou “Rafael, nunca vi isso na minha vida.” Tenho 71 anos e eu nunca vi isso. Se a televisão apresenta aquelas novelas sórdidas e sujas, entendo que apresenta isso.

A Polícia Federal declarou “Olha, apreendemos as notas.” Saiu na televisão e o meu filho Ricardo falou: “Pai, eu me arrependo de ter entrado nessa disputa. Eu não esperava um jogo tão sujo e tão baixo.” Aí o meu filho mais velho viu a nota que imprimimos, da televisão, no computador, e falou “Não, isso é sequestração, foi escrito na mesma hora.” E as pessoas que têm um pouco de inteligência, e não precisa de muita, de independência mental, fala “Ah, para, isso é tudo fajuto”. “Mas foi o Gaeco e a Polícia Federal que apresentaram!” Aí contratamos um perito. Mandei cópia para perito em São Paulo, que viu e falou: “Pela cópia dá para perceber que é tudo falso. Mas eu

não posso fazer perícia em cima de cópia. Não posso.” Foi para Ribeirão Preto. O advogado pediu vista do processo. Aí, com o microscópio que analisa tudo, tira fotografia binocular, com equipamento tal, o perito falou - está na perícia - “Sequencial, escrita pelo mesmo punho, com a mesma caneta, a mesma tinta, no mesmo momento.” Esses papéis que apresentaram, e que podia ter sido em abril, maio, julho e agosto, todos eles foram escritos no mesmo momento.

Na televisão, o programa eleitoral em debates e três candidatos: Duarte Nogueira, Rodrigo Camargo e um juiz aposentado - isso que me deixa mais triste -, João Gandini, que sabia que o material era falso. Todos eles sabiam que era falso.

Resumindo: eu entendo que eles não combateram o sonho de um jovem de 31 anos. Combateram o sonho de muitas pessoas que acreditam que podem fazer política, não de uma forma de cordeiro, aquele relacionamento de gentleman, mas sem tanta sujeira.

E agora eu me pergunto: quem participou dessa sujeira toda? Será que são só os atores de Ribeirão Preto? Esse assunto não vai morrer tão cedo. Poderão criar outras fantasias, eles têm instrumentos para isso, mas repito, não vai morrer tão cedo.

Sr. Governador, quero andar pela Avenida Paulista, quero fazer algum tipo de movimento, perguntando por que não se investigam os 500 mil que Duarte Nogueira recebeu em 2012, 2016 - apareceram só 500 mil - da Odebrecht; por que não se discute o tema aditivo que deu centenas de milhões para a OAS - a Odebrecht e a OAS são empresas sérias -; por que existe um segredo de Justiça aqui nas linhas do Metrô construídas pela Odebrecht. Há muita coisa que temos que ver. E nós vamos ver isso daí.

Só quero dizer: ataquem bastante em Ribeirão Preto, façam aquilo que essa sanha, essa voracidade determina. Meu filho ganharia a eleição no primeiro turno. A preocupação nossa nem é eleição, hoje. Não. Meu filho chegou a um ponto de dizer que nem se preocupa com a eleição, mas com esse jogo sujo. Ele se preocupa com esse jogo sujo, essa covardia implantada em Ribeirão Preto.

Eu queria trazer as notas aqui, que foram o principal documento contra meu filho Ricardo Silva, e vocês vão ver - tenho a cópia da nota ampliada - que são fajutas, e há também um dos maiores peritos deste País, coisa incrível, incrível! E o duro é que há envolvimento de autoridades que pertencem a instituições sérias, que representam esperança para o povo brasileiro. Quando chegamos a um ponto como esse, é porque muito dinheiro caminhou por aí. Muito dinheiro, coisas absurdas aconteceram em Ribeirão Preto.

Até aceito que o governador tenha um amor especial pelo Duarte Nogueira. Aceito; isso faz parte do sentimento humano, mas não aceito atos sujos e covardes como esses praticados em Ribeirão Preto. Não aceito. Aquela que for amigo do governador, aqui, leve a mensagem: governador, o negócio atingiu um ponto extremamente exagerado. Esse assunto, realmente, extrapolou tudo o que está no limite do comportamento do ser humano. Vamos investigar o PT - estamos investigando o PT. É, estão lá investigando. E o PSDB? E as ações do PSDB, não merecem ser investigadas? Só um? E o outro? Aquilo que realmente o Duarte Nogueira fez em Ribeirão Preto, “não, ele não sabia de nada”, não existe isso. Estava presente em tudo e sabia de tudo, e sabe de tudo. Aquilo, realmente, mexe com a dignidade até mesmo daquele que não tem dignidade. A pessoa não aceita. Chegaram ao absurdo, praticaram o exagero inconcebível e inaceitável. Repito, encerrando: vi isso somente em novela, novela que tem história sórdida, nojenta. Mas, no final da novela, tudo se esclarece. E aqui tudo vai se esclarecer também, tenho certeza.

Só isso. O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Em votação. Há sobre a mesa emenda aglutinativa, com número regimental de assinaturas dos Srs. Líderes.

Esta Presidência, nos termos do Art. 175, § 1º, do Regimento Interno, consulta se os líderes presentes concordam em dar conhecimento e colocar em votação a emenda aglutinativa.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Sr. Presidente, quero solicitar a publicação.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Esta Presidência, nos termos do Art. 175, § 1º, do Regimento Interno, adiará a votação da matéria, por um dia, para fazer publicar e distribuir em avulsos o texto resultante da fusão.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o objeto da presente sessão, esta Presidência a dá por encerrada.

Está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 19 horas e 50 minutos.

05 DE OUTUBRO DE 2016

142ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO, CÁSSIO NAVARRO, EDSON GIRIBONI e FERNANDO CAPEZ

Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO

Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca sessões solenes a serem realizadas: no dia 04/11, às 19 horas e 30 minutos, com a finalidade de “Comemorar o trigésimo aniversário do TRT - Tribunal Regional do Trabalho da 15ª região”, por solicitação do deputado Carlos Bezerra Jr.; no dia 10/11, às 19 horas e 30 minutos, para “Prestar homenagem ao Dr. Raul Cuitai, com a outorga do Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo”, por determinação do presidente Fernando Capez; e no dia 11/11, às 10 horas, com a finalidade de “Homenagear o Dia da Igreja Seicho-no-ie Professor Masaharu Taniguchi (Manabu Kai), por solicitação deste parlamentar.

2 - DAVI ZAIA

Mostra-se preocupado com o prolongamento da greve dos bancários. Acentua que a crise enfrentada pelo País não atinge os bancos, que mantêm seus lucros. Considera inadequado o reajuste oferecido pelos banqueiros aos servidores. Deseja o encerramento da paralisação após a nova negociação com os sindicatos, que ocorrerá hoje.

3 - ORLANDO BOLÇONE

Menciona o aniversário de 28 anos de promulgação da Constituição Federal. Reflete sobre os avanços proporcionados pela Carta. Avalia a necessidade de revisão do texto constitucional. Defende a adequação das proporções entre as competências dos municípios e os recursos a eles destinados. Pondera o desenvolvimento sustentável como responsabilidade local.

4 - CORONEL TELHADA

Relata rebelião na Fundação Casa de Marília. Lamenta o assassinato do agente penitenciário Francisco Calixto, e as agressões a outro servidor da instituição. Elogia a atuação da Polícia Militar na contenção da fuga de adolescentes da unidade. Crítica reportagem da revista “Veja”, que atribui o surgimento do PCC à ação do PM no massacre do Carandiru. Reprova a postura da mídia brasileira, que, a seu ver, valoriza o crime.

5 - CARLOS GIANNAZI

Atribui a rebelião ocorrida na Fundação Casa de Marília à inação do governo estadual diante das más condições de trabalho e salário na instituição. Afirma que a fundação não cumpre, a seu ver, o papel de reeducar os adolescentes internados. Mostra seu apoio às reivindicações dos servidores da Fundação Casa. Reprova o conteúdo da PEC nº 241/16.

6 - ED THOMAS

Faz apelo ao governador Geraldo Alckmin e à Secretaria de Estado de Segurança Pública pela convocação dos candidatos

aprovados em concurso público da Polícia Civil, em 2013. Expõe dados sobre o déficit de servidores, ao qual imputa a dificuldade de esclarecimento de crimes, pela instituição.

7 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Cumprimenta o deputado Léo Oliveira pela eleição de seu filho para a Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

8 - LÉO OLIVEIRA

Cumprimenta os candidatos eleitos no pleito municipal. Faz considerações sobre a situação política de Ribeirão Preto e o aumento do número de votos nulos e brancos, e de abstenções, na cidade. Sauda o vereador eleito de Ribeirão Preto, Igor Oliveira. Parabeniza os candidatos do PMDB por sua campanha nestas eleições. Mostra-se otimista com a possibilidade de crescimento econômico do Brasil. Faz elogios ao governo de Michel Temer.

9 - CÁSSIO NAVARRO

Assume a Presidência.

10 - JOOJI HATO

Discorre sobre a violência. Cita caso de atropelamento em Guaianazes. Defende lei, de sua autoria, que determina o controle da ingestão de álcool no estado de São Paulo. Argumenta pela instalação de blitze de desarmamento, detectores de metais e câmeras de segurança em locais públicos. Considera que há setores que lucram com a existência da violência. Crítica a pichação de monumentos públicos.

11 - EDSON GIRIBONI

Aborda o mau desempenho das escolas públicas no Exame Nacional do Ensino Médio. Considera injustas as desigualdades sociais geradas pelas diferenças de qualidade do ensino entre instituições escolares públicas e privadas. Exorta os candidatos eleitos no pleito municipal a representarem com seriedade os seus eleitores.

12 - EDSON GIRIBONI

Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.

13 - PRESIDENTE CÁSSIO NAVARRO

Anota a solicitação.

14 - EDSON GIRIBONI

Assume a Presidência.

15 - CÁSSIO NAVARRO

Para comunicação, parabeniza os prefeitos eleitos na região da Baixada Santista.

16 - PRESIDENTE EDSON GIRIBONI

Defere o pedido de suspensão da sessão, anteriormente solicitado. Suspende a sessão às 15h35min.

ORDEM DO DIA

17 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h32min. Coloca em votação requerimento, do deputado Cauê Macris, de método de votação ao PL 192/16. Coloca em votação e declara aprovado o PL 192/19, salvo emendas.

18 - JOÃO PAULO RILLO

Solicita verificação de votação.

19 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico.

20 - LUIZ CARLOS GONDIM

Declara obstrução da bancada do SD.

21 - CEZINHA DE MADUREIRA

Declara obstrução da bancada do DEM.

22 - TEONILIO BARBA

Declara obstrução da bancada do PT.

23 - ROBERTO TRIPOLI

Declara obstrução da bancada do PV.

24 - MILTON VIEIRA

Declara obstrução da bancada do PRB.

25 - CARLÃO PIGNATARI

Declara obstrução da bancada do PSDB.

26 - CARLOS GIANNAZI

Declara obstrução da bancada do PSOL.

27 - JORGE CARUSO

Declara obstrução da bancada do PMDB.

28 - RAFAEL SILVA

Declara obstrução da bancada do PDT.

29 - CARLOS CEZAR

Declara obstrução da bancada do PSB.

30 - DAVI ZAIA

Declara obstrução da bancada do PPS.

31 - LECI BRANDÃO

Declara obstrução da bancada do PCdoB.

32 - CORONEL CAMILO

Declara obstrução da bancada do PSD.

33 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Registra as manifestações.

34 - CARLÃO PIGNATARI

Para Questão de Ordem, questiona se foi convocada a sessão extraordinária para hoje.

35 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Responde o questionamento do deputado Carlão Pignatari. Anuncia o resultado da verificação de votação, que não atinge número regimental, ficando adiada a votação. Convoca sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 19 horas.

36 - CAMPOS MACHADO

Solicita a prorrogação da sessão por um minuto.

37 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Coloca em votação e declara aprovada a prorrogação da sessão por um minuto.

38 - LUIZ CARLOS GONDIM

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

39 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 06/10, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra a realização da sessão extraordinária, hoje, às 19 horas. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - PSDB - Proceda à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, esta Presidência, atendendo à solicitação do nobre deputado Carlos Bezerra Jr., convoca V. Exas., nos termos do Art. 18, inciso I, letra “r”, da XIV Consolidação do Regimento Interno, para uma sessão solene a realizar-se no dia 4 de novembro de 2016, às 19 horas e 30 minutos, com a finalidade de comemorar o 30º aniversário do TRT (Tribunal Regional do Trabalho) da 15ª Região.

Nos mesmos termos, esta Presidência convoca V. Exas. para uma sessão solene a realizar-se no dia 10 de novembro de 2016, às 19 horas e 30 minutos, com a finalidade de prestar homenagem ao doutor Raul Cuitai, com a outorga do Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo.

Ainda nos mesmos termos, esta Presidência, atendendo solicitação do nobre deputado Jooji Hato, convoca V. Exas.

para uma sessão solene a realizar-se no dia 11 de novembro de 2016, às 10 horas, com a finalidade de homenagear o dia da Igreja Seicho-No-ie - Professor Masaharu Taniguchi Manabu Kai.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Engler. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia.

O SR. DAVI ZAIA - PPS - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente Jooji Hato, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos assiste, aproveito este Pequeno Expediente para fazer um registro sobre a greve dos bancários, que completa hoje 30 dias. É a maior greve dos últimos tempos.

Fui bancário durante muito tempo - sou aposentado da antiga Nossa Caixa - e faço esse registro porque é uma greve longa. A categoria está mobilizada e, por outro lado, preocupada.

Imaginem os senhores que estão nos assistindo: o País passa por uma crise. Isso é verdade, temos acompanhado nas prefeituras e no Estado. A arrecadação está menor. São 12 milhões de desempregados. Então, é natural que muitos setores da economia estejam com dificuldades, setores que dependem da venda de produtos, da colocação de seus produtos no mercado. A demanda tem caído em função da retração da economia.

Mas não é o caso dos bancos. Nós temos acompanhado isso. Nesta crise, os bancos continuam emprestando. Os juros são altíssimos, os juros dos cartões de crédito principalmente. Os balanços dos bancos têm mostrado que os lucros continuam exorbitantes.

Vejam outras categorias: os comerciantes, cuja data-base é quase na mesma época, fecharam há pouco tempo um acordo em que conseguiram a reposição da inflação de 9,62%, que é a inflação anual que precisa ser reposta.

Enquanto isso, os bancos ofereceram, até agora, sete por cento, ou seja, bem abaixo da inflação, sendo que o lucro continua bastante alto. A receita de tarifa que os bancos têm cobre com folga a despesa de pessoal.

Vejo vários jornais citando que a greve dos bancos está chegando ao trigésimo dia. Isso sufoca o comércio e atrapalha a população. É verdade, isso acontece. Cria dificuldades, mas temos que registrar essa intransigência dos bancos.

Conversei hoje com os sindicatos e com a federação que representa os trabalhadores, que vêm insistindo, e soube que eles finalmente conseguiram marcar para hoje, às 17 horas, uma nova negociação com os banqueiros. A nossa expectativa, a expectativa dos sindicatos, é de que se possa apresentar, por parte dos bancos, uma nova proposta, principalmente no sentido de repor a inflação.

Com isso, seria possível encerrar esse movimento e atender a população, que é o desejo de todos os bancários, de todos os trabalhadores. Eles prefeririam estar trabalhando e cumprindo suas tarefas, mas esse foi o caminho que restou aos sindicatos. Essa proposta dos bancos de não repor nem a inflação, enquanto outros setores que têm sofrido muito mais com a retração da economia já o fizeram, fez com que tivéssemos esse impasse, que levou a essa situação.

Mesmo assim, quero congratular-me com os bancários, que souberam conduzir essa movimentação toda e se organizaram para buscar essas conquistas.

Nossa expectativa é que agora à noite, a partir das cinco horas, comece essa nova rodada de negociações. Que nós possamos ter uma nova proposta dos bancos e, com isso, caminhemos para o encerramento da greve e normalização do atendimento à população.

Embora a população consiga fazer muita coisa diretamente por meio dos canais digitais, muita gente ainda precisa dos serviços bancários.

Portanto, congratulo-me com os bancários pela luta e ficamos na expectativa de que tenhamos uma proposta melhor e, com isso, encerrar a paralisação.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolçone.

O SR. ORLANDO BOLÇONE - PSB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, o motivo que me traz a esta tribuna é que hoje a Constituição da República, chamada Constituição Cidadã, completa 28 anos. É importante que façamos uma reflexão dos avanços, mas também dos desafios que essa Constituição nos trouxe ao longo da história, ao longo do tempo.

Eu recorro às publicações nos jornais do dia de hoje lembrando essa data: “Completam-se hoje 28 anos da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil”.

A Carta de 1988 foi eficiente no cumprimento da principal tarefa que lhe foi atribuída pela Assembleia Constituinte: a instituição de um estado democrático de direito após longo período autoritário.

O Texto Constitucional foi porto seguro para completar a transição democrática. Cumpriu totalmente as suas finalidades, os seus objetivos daquele momento histórico em que o saudoso deputado Ulysses Guimarães, o chamado Pai da Pátria, anunciava a Constituição Cidadã.

Hoje, quase